

URUGUAI “VERDE-AMARELO”: BRASILEIROS PRESOS EM TERRA ESTRANGEIRA

Gissele Cassol¹

RESUMO

A América Latina se fez palco para as batalhas travadas entre os sistemas capitalista e socialista a partir de meados do século XX, durante a Guerra Fria. Esse enfrentamento ideológico teve como um de seus principais desdobramentos a ascensão de ditaduras civil-militares em muitos países latinos. Esses regimes, alicerçados fundamentalmente sobre as bases da norte-americana Doutrina de Segurança Nacional (DSN), lançaram mão de um brutal Terror de Estado para enfrentar seus opositores políticos. O combate ao “inimigo interno”, preconizado pela DSN, provocou a extinção das fronteiras políticas; em seu lugar, delimitar-se-iam apenas fronteiras ideológicas. Dentro dessa lógica, esteve a formação de uma teia de relações entre os aparatos repressivos dessas ditaduras, cujo ápice se daria com a formação da Operação Condor, em 1975. É nesse contexto que se situa o cerne desta dissertação: a colaboração repressiva existente entre Brasil e Uruguai durante o período compreendido entre 1964 e 1985. Embora o Uruguai se tornasse uma ditadura somente a partir de 1973, desde fins da década de 1960 já cooperava com o regime brasileiro, vigiando, prendendo e até torturando opositores políticos brasileiros exilados em seu território. O elevado número de casos de brasileiros presos no Uruguai, nesse ínterim, atesta essa relação e evidencia que a colaboração repressiva entre esses dois países não dependeu exclusivamente da Operação Condor, mesmo tendo sido por ela facilitada mais tarde. O presente estudo pretende demonstrar, a partir da análise de casos de brasileiros presos no Uruguai entre 1964 e 1985, como se deu a colaboração repressiva entre esses dois países, à luz da DSN e das práticas de Terror de Estado.

Palavras Chaves: Brasil; Uruguai; Ditadura Civil-Militar; Colaboração Repressiva

ABSTRACT

Latin America was made stage for the quarreling between the capitalist and socialist systems starting circa the middle of the century XX, during the Cold War. Such ideological struggle had as one of their main outcomes the ascension of civil-military dictatorships in many Latin countries. Those regimes, fundamentally based on the North American National Security Doctrine (NSD), they have accomplished a brutal Terror of State to face their political opponents. The combat to the “internal enemy” extolled by NSD provoked the extinction of the political borders; in its place, they would just be delimited ideological borders. Following that logic it was the formation of a web of relationships among the repressive apparatuses of those dictatorships, whose apex has been established with the creation of the Condor Operation, in 1975. It is in that context that locates the gist of this dissertation: the existent repressive collaboration between Brazil and Uruguay during the period understood between 1964 and 1985. Although Uruguay became a dictatorship only starting from 1973, since ends of the decade of 1960 it already cooperated with the Brazilian regime watching, arresting and even torturing Brazilian political opponents exiled in his/her territory. The high number of cases of arrested Brazilians in Uruguay in that period attests that relationship and evidences that the repressive collaboration among those two countries did not depend exclusively on the Condor Operation even though having been facilitated by it later. The present study intends to demonstrate, starting from the analysis of cases of arrested Brazilians in Uruguay between 1964 and 1985, how the repressive collaboration among those two countries was, under the scope of NSD and of the practices of Terror of State.

Keywords: Brazil; Uruguay; Civil-military Dictatorship; Repressive Collaboration

Muito se tem falado sobre a Operação Condor para explicar a caçada de opositores políticos em outros países, especialmente depois da descoberta dos Arquivos do Terror, no Paraguai.² No entanto, não se pode perder de vista que essa operação se consolida somente no

¹ Gissele Cassol é licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Mestre em Integração Latino-Americana pela mesma instituição. E-mail para contato: gisselecassol@yahoo.com.br.

² “Em 22 de dezembro de 1992, surgiram provas documentais da aliança entre as ditaduras militares do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Brasil, do Paraguai e da Bolívia – as mantenedoras da Operação Condor. Por volta das 11h daquele dia, foram descobertas, no Departamento de Produções da Polícia da Capital (em Lambaré, a 20 quilômetros de Assunção), toneladas de documentos, pastas, fitas, fotos e fichas acumuladas ao longo de 35

ano de 1976 e, muito antes disso, inúmeras pessoas já haviam sido presas e torturadas em terra estrangeira. Ou seja, ao mesmo tempo em que não se pode relegar a importância desse operativo, torna-se falho o argumento alicerçado exclusivamente sobre os vôos da Condor.

No que tange especificamente ao intercâmbio repressivo entre Brasil e Uruguai, há tempos suas respectivas polícias mantinham contatos e trocavam informações entre si. Tal prática não surgiu com a chegada dos militares ao topo do poder político; apenas recrudescceu. Conforme demonstra Diorge Alceno Konrad, o tratado datado de 29 de fevereiro de 1920, organizado na Conferência Policial de Buenos Aires, ocorrida nesse mesmo mês, foi assinado pelos governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai. Esse pacto foi ratificado por Vargas no decreto nº 22.388, de 24 de janeiro de 1933, através de novo acordo feito em 1932. Nele, os países ficavam comprometidos a enviar, de forma permanente, informações úteis “sobre tentativas ou execução de feitos anárquicos (...) tendentes à alteração da ordem social (...) ou qualquer outro movimento que se possa considerar subversivo”.³ É no cerne dessa lógica que se concretiza e se intensifica, ao longo do tempo, a troca de favores entre os aparatos repressivos dos países latino-americanos, numa espécie de “Mercosul” antecipado.

No palco da Guerra Fria, a colaboração policial ganhou o reforço da DSN. O “inimigo interno” tornou-se inimigo comum a todos, uma vez que as próprias fronteiras territoriais políticas se eclipsaram em favor de uma invisível fronteira ideológica que passou a demarcar com precisão o “cidadão da nação”, o “patriota”, e o “outro”, o inimigo, o “comunista subversivo”.

De fato, para compreender o surgimento de ações coordenadas pela Operação Condor, é necessário considerar a totalidade da América Latina e a sincronia política de seus países em meados de 1970. Uma vez marchando no mesmo passo marcial, pesado e destruidor, as ditaduras latino-americanas promoveriam uma espécie de “integração”, sugerida pela

anos. Na montanha de papel, batizada de o ‘Arquivo do Terror’, encontraram-se evidências da cooperação governamental para caçar adversários políticos além-fronteiras. [...] O acervo totalizou 700 mil fôlios.” Cf. MARIANO, Nilson. **As garras do Condor**. Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 237-238.

³ Conforme o autor, a íntegra da ratificação do tratado em *Relatório do Ministério das Relações Exteriores - 1932*, Introdução, Exposição, Anexos A e B. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935, p.p. 113-19 e *Relatório do Ministério das Relações Exteriores - 1933*. Vol. 1, 1ª parte, Anexo C. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936, p.p. 13-25, no Fundo Relatórios dos Ministérios - Mensagens dos Presidentes da República, B-3-114 e B-3-118 respectivamente, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Cf. estas informações na nota 234 da tese de doutorado de KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo**: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004, p. 265.

Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) do Chile. A partir de fins de 1975,⁴ tomaria forma a Operação Condor, que apanharia centenas de perseguidos políticos. Contudo, analisando esses casos, percebe-se claramente que o maior número de vítimas se situa na relação entre Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai. E a explicação para a não muito significativa participação brasileira é relativamente simples: em 1976, quando a coordenação repressiva estourou com força, o Brasil está rumando ao fim da ditadura, dando início ao processo de abertura. Desde 1964, os militares brasileiros vinham “dando um jeito” na sua oposição política; cassações, prisões arbitrárias, exílio, torturas... Já haviam esmagado o “inimigo interno”. Em 1976, não era mais conveniente participar ativamente de ações de grande envergadura; colaborar, cooperar, exportar *know-how* repressivo parecia mais prudente. Portanto, pode-se afirmar que houve um *descompasso temporal* entre o Brasil e a Operação Condor. Esta chegou com mais de uma década de atraso.

Considerando que o Golpe de Estado brasileiro antecede o uruguaio em nove anos, observa-se que, num primeiro momento, a relação estabelecida entre as repressões dos dois países, a partir de 1964, diz respeito à vigilância e monitoramento dos brasileiros que fugiram para o Uruguai após a derrubada de João Goulart.

Não foi só o fato de viger, em tese, uma democracia na República Oriental o seu principal atrativo. Devido ao fato de haver migrado para lá a maioria dos líderes de oposição do regime, acreditava-se que seria possível articular um forte grupo de contestação à ditadura no exílio. Outra vantagem era a acessibilidade facilitada ao Brasil, por causa da fronteira e da proximidade entre os dois países. Ainda, ao longo do tempo, consolidou-se um eficiente esquema para passar brasileiros para o lado uruguaio, responsável pela entrada de muitos exilados naquele país.⁵

Inúmeros foram os pedidos de asilo feitos por brasileiros no Uruguai “democrático” de fins da década de 1960. O Jornal *Marcha* publicou alguns dos deles:

Renata Ferraz Guerra de Andrade y Wilson Elidio Fava, pidieron asilo político el 24 de junio; Cleide Almeida Fernández, el 10 de agosto; César Ronald Pereira Gomes, el 2 de setiembre; Pío Pereira dos Santos un día después; José Ferreira, José Leonardo Sobrinho, Silvio de Sousa Gomes, lo pidieron el 5 de setiembre, el mes más nutrido; Zélia Malusa Stein, el 10 de octubre; Carlos Olavo da Cunha Pereira, el 17 de octubre; Celerino Alemira Carriconde, en fecha no precisada; Claudio Weyne Gutiérrez quien fue el último en pedirlo, el día 14 de noviembre. La lista no está completa: se sabe que entre los refugiados que eligen Uruguay como trampolín para

⁴ Cf. MARIANO, op. cit., p. 19-21.

⁵ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)**. 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, p. 25-26.

emigrar a otras tierras y los numerosos turistas hay gente que aspira a un estatuto de asilado, que tradicionalmente ha dado garantías.

Todas las personas citadas han concurrido periódicamente al Ministerio de Relaciones Exteriores. Una respuesta invariablemente medida y lacónica les ha sido dada: “*No hay novedades. Vengan dentro de 15 días*”. Un funcionario aventuró un día a salir de la fórmula: “*Parece que van a suspender el asilo para los terroristas...*”⁶

Na seqüência da matéria, explicitam-se as difíceis situações vividas por algumas pessoas nessa condição:

Un requisito que deben cumplir es notificar su domicilio y cualquier cambio que efectúen. A Cleide Almeida Fernández, una realizadora cinematográfica a quien habían distinguido en su cautiverio de nueve meses en San Pablo con una diaria comparecencia a la sala de torturas para presenciar interminables sesiones de torturas contra sus compañeros, la fueron a visitar a su pensión agentes de INTERPOL. Allí, le pidieron carnet de identidad uruguayo que lógicamente no poseía. Le exigieron comprobase su condición de asilada. Mientras trataba de explicar vio como le revisaban la pieza hasta el último rincón. No encontraron nada y al final la dejaron tranquila. Un asilado, que ya había tenido problemas par renovar su documentación halló en la puerta de su casa inconfundibles huellas de un trabajo bruscamente interrumpido dirigido a copiar el molde de sus llaves. En más de un caso han llegado hasta los domicilios de viejos y nuevos asilados, provocadores que anuncian ser perseguidos políticos y utilizan burdos o inteligentes argumentos para probarlo. Acosar, molestar infiltrar asilados si bien en Uruguay no deja de ser insólito, parece estar dentro de las reglas de juego usuales en otros países.⁷

A vigilância de exilados no Uruguai esteve a cargo do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), órgão vinculado ao Ministério de Relações Exteriores, criado exclusivamente para isso. Cabia-lhes apenas o recolhimento e processamento de informações; a execução de qualquer ação era de responsabilidade do Centro de Informações do Exército (CIE), do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), ou do DOPS.⁸

A ascensão de Pacheco Areco à Presidência uruguia delineou novas características no trato com a oposição interna, fato que demandou, a partir de então, a reciprocidade de informações entre Brasil e Uruguai, uma vez que era possível a penetração de alguns integrantes do movimento *Tupamaro* em território brasileiro. Assim, os serviços de inteligência de ambos os países harmonizaram suas práticas em busca de estrangeiros “subversivos”.

⁶ CORREA, Alfonso. Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales. In: **Marcha**. Montevideo, 28 nov. 1969, p.15.

⁷ Ibid., p. 15.

⁸ QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004, p. 319.

A função essencial da espionagem de brasileiros no Uruguai era monitorar todas as atividades desses exilados, especialmente os banidos, pois havia o perigo de articulação e de retorno ao Brasil. Também preocupavam as campanhas de anistia e de denúncia das violações de direitos humanos pela ditadura brasileira.

Grandes nomes da política daquele momento tiveram seus passos monitorados por agentes militares. No topo da lista, estavam nomes como o do ex-presidente Juscelino Kubitschek, e também os de Leonel Brizola e Miguel Arraes, estes últimos vigiados devido ao receio de que organizassem a oposição no exterior e angariassem apoio internacional na luta contra a ditadura.

Por causa da intensa e reconhecida colaboração entre as repressões de Brasil e Uruguai, sempre pairou uma densa nuvem de suspeitas sobre o ataque cardíaco fulminante do ex-presidente João Goulart, ocorrido em dezembro de 1976, na Argentina. Após o golpe de 1964, Jango exilou-se no Uruguai, mas esteve permanentemente sob a mira da espionagem política, e isto se comprova a partir de documentos liberados pelo governo brasileiro à família de João Goulart.⁹ As dúvidas sobre as circunstâncias de sua morte, no entanto, confirmaram-se muito recentemente, através do depoimento do uruguaio Mario Neira Barreiro, ex-agente do serviço de inteligência uruguaio, um dos encarregados de vigiar Jango no exílio.

Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, Barreiro deu detalhes sobre a Operação Escorpião, responsável pela execução de Jango. Sua morte, arquitetada de modo a simular um ataque do coração, teria sido causada pela ingestão de um comprimido envenenado misturado aos remédios que o ex-presidente, cardiopata, tomava diariamente.

Além de confirmar a vigilância sobre Jango – “Eu o monitorei de meados de 1973 até sua morte, em 6 de dezembro de 1976. Monitorei tudo o que falava através do telefone, de escuta ambiental e em lugares públicos”,¹⁰ o ex-agente uruguaio aponta o delegado do DOPS paulista, Sérgio Paranhos Fleury, como sendo a ligação entre as repressões de Brasil e Uruguai nesse operativo e que, por determinação do então presidente Ernesto Geisel, Fleury ordenou a eliminação de Jango. É o que afirma Barreiro numa de suas respostas:

⁹ “João Vicente Goulart, 51, filho de Jango, afirmou que documentos liberados à família pela Presidência confirmam que agentes espionavam seu pai no exílio. Está para ser construído, em Brasília, o Memorial Jango. Com isso, o governo vem liberando documentos à família para que ela forme o acervo. ‘Os documentos que estou processando para a formatação do acervo, liberados pelo Gabinete Civil da Presidência da República, estão um a um confirmando a presença dos agentes ou de quem quer que seja que lá estava para monitorar e matar nossos amigos e companheiros’, disse João Vicente”. Ver IGLESIAS, Simone; BÄCHTOLD, Felipe. Documento prova vigilância, afirma filho de Goulart. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200809.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

¹⁰ IGLESIAS, Simone. Goulart foi morto a pedido do Brasil, diz ex-agente uruguaio. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200802.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

O que levou à morte [de João Goulart] foram interpretações erradas, exageradas do que ele falava. Fleury foi quem deu a palavra final. Em uma reunião no Uruguai, disse que Jango era um conspirador e que falaria com Geisel para dar um ponto final no assunto. Depois, em outra reunião no Uruguai, disse - não para mim, mas para um major e um general - que tinha conversado com Geisel dizendo que Jango estava complicando e que ele sabia o que deveria ser feito. E ele [Geisel] disse: "Faça e não me diga mais nada sobre Goulart". A morte não foi decidida pelo governo uruguaio, mas pelo governo do Brasil, influenciado pela CIA.¹¹

Caso surjam provas materiais sobre este provável assassinato de João Goulart, haveria então entre as ditaduras de Brasil e Uruguai o primeiro caso confirmado de morte da Operação Condor envolvendo esses dois países e seus aparatos repressivos.

Conforme Enrique Padrós, operativos ilegais como os relativos à morte de Jango decorreram do

[...] inter-relacionamento de grupos anti-subversivos, os do país onde ocorriam tais arbítrios e os do país de origem dos exilados visados. A clandestinidade dessas ações foi condição para sua eficiência, deflagrando o terror entre os coletivos atingidos e tornando muito difícil toda e qualquer denúncia, pois, a priori, a denúncia de coletivos estrangeiros agindo com toda liberdade no interior de um país era peremptoriamente negada pelos governos, os quais enfatizavam que sob nenhuma hipótese permitiriam agressões à soberania nacional.¹²

Operativos conjuntos foram realizados clandestinamente, colocando a tão decantada “soberania nacional” em segundo plano. Dessa forma, perderam-se as referências de fronteiras políticas, e em seu lugar ficou apenas a noção de fronteiras ideológicas, justificando essa repressão ilegal.

Os casos que a seguir serão avaliados elucidam a íntima relação entre as inteligências de um Brasil ditatorial desde 1964, seguidor de uma doutrina fortemente repressiva, e de um Uruguai, supostamente democrático, visto internacionalmente como defensor dos Direitos do Homem e do Cidadão. No caso uruguaio, sob a capa de “país modelo de democracia na América Latina”, este colaborava com a ditadura do país vizinho, até tornar-se também uma ditadura de Segurança Nacional. As repressões empregaram o Terror de Estado e seus métodos conforme a cartilha da DSN. Vejamos a seguir como o Uruguai esteve a serviço da ditadura brasileira durante o período 1964-1985.

¹¹ IGLESIAS, Simone. Fleury deu a ordem final, diz ex-agente. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200804.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

¹² PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 705.

O caso de Cláudio Gutiérrez ilustra bem o grau de cooperação existente entre a ditadura brasileira e o governo uruguaio, no que seria, talvez, o primórdio da Operação Condor: em fins de outubro de 1968, depois de condenado em Porto Alegre por tentativa de reabertura de entidade ilegal, Gutiérrez estabeleceu-se numa pensão estudantil em Montevideu. Concomitantemente, no Brasil, muitos militantes foram presos em São Paulo, e Carlos Marighella, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi assassinado. Devido a essas quedas, acabaria sendo preso também Frei Betto. Para Gutiérrez, “quando caiu preso o Frei Betto, caiu o esquema de fronteira” do qual ele fazia parte juntamente com Frei Betto.¹³ Em dez dias, o pedido da polícia brasileira foi prontamente executado: o “DOPS” uruguaio, *Inteligencia y Enlace*, cercou a pensão e seqüestrou Gutiérrez. Em sua companhia estava Euclides Garcia Paes de Almeida. Ambos foram levados primeiramente à *Inteligência y Enlace*; depois, à noite, ao Palácio da Polícia. No cárcere, Euclides teve a idéia de fazer um bilhete e anexá-la a uma cédula de cem pesos que tinham consigo, denunciando a prisão e pedindo para avisar ao jornal de esquerda *De Frente*. Conseguiram jogar o bilhete na rua durante o traslado para o *Centro General de Instrucción para Oficiales de Reserva* (CGIOR).¹⁴

No dia em que a matéria-denúncia foi capa do *De Frente*, iniciaram-se movimentações para deportá-los. Contudo, a fim de evitar a deportação ilegal e a tortura que o aguardava, Gutiérrez, com um pedaço de vidro, cortaria seu braço esquerdo de modo forçar uma internação hospitalar. Por sorte, o centro de atendimento mais próximo era uma clínica do Sindicato Médico do Uruguai, vinculado à esquerda. Ali foi possível contatar seu advogado, Edmundo Soares Netto. O caso voltaria a ter notoriedade na imprensa, e logo Gutiérrez seria transferido ao hospital militar.¹⁵ No carro em que foi levado, estavam policiais brasileiros que falavam português. No hospital, os policiais arriscavam um sofrível “portunhol”.¹⁶ Policiais gaúchos foram vistos no Uruguai durante esse período. No jornal *Marcha*, um artigo explicita a incursão de Fleury em território uruguaio com a finalidade de reunir-se com oficiais da repressão daquele país. É provável que Fleury estivesse no Uruguai acompanhando as operações, pois eram de sua responsabilidade as investigações sobre o esquema de fronteiras da ALN.¹⁷

¹³ Ver GUTIÉRREZ, Claudio: *Depoimento* [fev. 2007]. Entrevistadora: Gissele Cassol. Porto Alegre, 2007. 67,6 Mb.

¹⁴ GUTIÉRREZ, op. cit., 2007.

¹⁵ GUTIÉRREZ, Claudio. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999, p. 95.

¹⁶ GUTIÉRREZ, 2007, entrevista cit.

¹⁷ CORREA, op. cit.

Acerca da tortura, Gutiérrez explica que ficou cerca de vinte e quatro horas em pé, com os braços abertos, e qualquer movimento era motivo para apanhar, tortura que ficou conhecida como “Plantão”. Já no Brasil, afirma que os espancamentos eram bem piores, mas que nunca foi torturado no pau-de-arara ou com choque elétrico.¹⁸

Euclides Garcia Paes de Almeida era estudante e tinha ligações com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) de São Paulo. Com a ida de Gutiérrez ao hospital, frustrou-se igualmente sua deportação, sendo libertado logo em seguida.

Nessa mesma época, o paulista Caio Venâncio Martins também estava encarcerado em terras orientais. Estudante de Direito, era vinculado à ALN. Como vários de seus colegas de faculdade estavam desaparecendo, decidiu ir para o Uruguai. Em seis meses, chegaria a Santana do Livramento, rumo à Montevideu. Sua prisão foi facilitada por ele próprio ao fazer seu pedido de asilo político: ele o encaminhou pelo Ministério das Relações Exteriores, ou seja, pela polícia. Tratado amavelmente, teve seu pedido de asilo confirmado. No dia seguinte, foi preso e levado ao CGIOR, sob o pretexto de ter dado declarações à imprensa.¹⁹ Caio, Cláudio e Euclides acabaram ficando detidos no mesmo quartel, onde souberam que, havia poucos dias, Wilson do Nascimento Barbosa, professor de História, ligado à ALN, foi devolvido ilegalmente à ditadura brasileira. No interrogatório prestado à Auditoria Militar brasileira, Wilson descreveu sua trajetória, afirmando

[...] que esteve preso cinquenta e três dias, sendo posteriormente deportado para o Brasil e entregue ao Exército brasileiro, na cidade de Livramento, fronteira do Brasil com o Uruguai; que quer declarar ainda que, no Brasil, prestou depois de preso seis depoimentos: no 7º RC em Livramento, no 18º RI em Porto Alegre; na 3ª Cia. da PE, em Porto Alegre; no DOPS de Porto Alegre e no 18º RI, a pedido do Delegado de Ordem Política de São Paulo (Delegado Fleury) [...].²⁰

Barbosa estaria de passagem no Uruguai; seu destino era Cuba, em função de uma bolsa de estudos. Duas pessoas, apresentando-se como sendo advogados de sua família, perguntavam por ele. Em poucos dias, espalhou-se a notícia de que ele teria retornado ao Brasil.²¹ Acredita-se que tenha sido seqüestrado no lugar onde morava.²²

¹⁸ GUTIÉRREZ, entrevista cit., 2007.

¹⁹ CORREA, op. cit.

²⁰ Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria. Wilson do Nascimento Barbosa. Brasil: nunca mais. Tomo V. V. 3, p. 916, apud BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar*. Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 225.

²¹ CORREA, loc. cit.

²² GUTIÉRREZ, entrevista cit., 2007.

Outra mostra dessa cooperação se deu quando, a pedido do Exército brasileiro, a repressão uruguaia seqüestrou em Montevideú, em agosto de 1969, o jornalista Jorge de Miranda Jordão, exilado no Uruguai após sua demissão no jornal *Folha da Tarde*. Numa manhã, chegou cedo a um hotel, onde entrou em contato com um asilado que, em seguida, foi vê-lo. Jordão havia saído acompanhado por uma mulher. Cinco dias depois, apareceu detido em Porto Alegre.²³ Quem o seqüestrou foi o delegado Otero, conhecido no Uruguai como “matador de Tupamaros”, e o levou à fronteira, onde seria “oficialmente ‘solto’ no lado uruguaio na ponte que une os dois países, junto à cidade gaúcha de Jaguarão. Cruzou a pé e, ao atingir o lado brasileiro, foi preso”.²⁴ Jordão tinha amizade com vários “subversivos” do regime ditatorial brasileiro, e acabou tornando-se o “motorista” da ALN, papel fundamental para as ações do grupo e muito bem camuflado sob sua aparência aristocrática e nacionalista. Escapou da tortura na prisão brasileira por ser bisneto do Patrono do Exército, Duque de Caxias.²⁵

Sebastião Mendes Filho, que estava preso no Uruguai, reapareceu misteriosamente no Brasil, mas conseguiu escapar e retornar para lá. Seu irmão, Tarcino Guimarães Mendes, sacerdote, levou aos uruguaio um certificado dado pelas autoridades brasileiras no qual constava que Sebastião não era procurado no Brasil. Contudo, também foi preso em Artigas.²⁶

A ilegalidade desses procedimentos nem sempre se manteve na clandestinidade, haja vista que um dos responsáveis por esse intercâmbio chegou a assumir publicamente a troca de favores no caso de José Calvet:

Esta sorpresiva demanda, que en otros tempos hubiera despertado un revuelo de indignación [...] se correspondía con otras declaraciones anteriores del mismo jerarca [Jaime Mariath, Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul] donde anunciaba que José Calvet, un refugiado que había podido escapar al cerco del DOPS, *había sido entregado por las autoridades uruguayas*.²⁷

Acusado de “subversão”, o veterinário Haroldo Collares de Irazoqui foi detido em 1972. Seu crime teria sido uma tentativa de sabotagem à eletricidade uruguaia. Filho de pai uruguaio, Collares, embora brasileiro, residia há muito tempo no Uruguai, pois herdara a fazenda matriz do grupo IRAZOQUI Y HIJOS, em Paso de Los Toros. De fato, sua indústria pesqueira, às margens de uma hidrelétrica, nada teve a ver com sua detenção. O que o levou à

²³ CORREA, loc. cit.

²⁴ TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. 3 ed. São Paulo: Globo, 1999, p. 112.

²⁵ Ibid., p. 112-113.

²⁶ CORREA, op. cit., p. 15.

²⁷ CORREA, loc. cit.

cadeia foi a sua candidatura à prefeitura de Tacuarembó, pela Frente Ampla, e suas ligações com líderes de esquerda.²⁸ Preso, foi levado para Tacuarembó, para Rivera e, posteriormente, para o Penal Libertad. Por medida de segurança e sem provas, obteve condenação de 8 anos de reclusão.

O fechamento do cerco aos *Tupamaros* acarretou na prisão de Flávia Schilling, em 1972. No ato de sua detenção, tentou fugir, e foi baleada gravemente no pescoço. No entanto, os fatos desse episódio apontam que a prisão não teve relação direta com a polícia ou com os militares brasileiros. Flávia mesma confirma que “talvez tenha havido alguma participação”, mas não ficou sabendo, pois não teve “indícios a respeito”.²⁹

Após três anos de interrogatórios e seções de tortura, um julgamento (classificado por ela como “teatro”), desprovido de qualquer proximidade com as regras do Direito, condenou-a a 15 anos de prisão. Em cartas à família,³⁰ Flávia expressava um pouco de seu cotidiano e da condição de reclusa. Nessas missivas, destacava-se um forte otimismo que, segundo ela,

era para não aumentar a angústia familiar com a minha situação. Mas, junto com esta necessidade, era algo que me sustentava. Os militares verbalizavam claramente a situação das prisões políticas “as prisões políticas não são feitas para durar”. Sabíamos disso mas não imaginávamos que durariam tanto no Uruguai.³¹

Em 1973, teve início o regime de *rehenes*, que duraria até 1984. Flávia foi uma das vítimas. O seqüestro de prisioneiros de dentro das próprias prisões permitiu ao governo formar um grupo de reféns contra qualquer tipo de investida por parte da esquerda armada, especialmente dos *Tupamaros*, mesmo que, nesse momento, o grupo não tivesse mais força para realizar ações de grande envergadura.³² O objetivo da política de reféns era de fato a destruição física e mental dos presos, haja vista as condições a que eram submetidos: incomunicabilidade total, troca de prisão, rodízio periódico de guardas, pouca comida, pouca luz, sem água, sanitários, cobertores ou colchões, e muita tortura e maus-tratos. No entender de Flávia, “foi uma estratégia inventada pelos militares, bastante aleatória, que nos deixou em situação de extrema insegurança durante dois anos”.³³ Questionada especificamente sobre a

²⁸ Há outro brasileiro preso em Montevideu. Ver *Coojornal*, ano IV, n. 36, dezembro de 1978, p. 16.

²⁹ SCHILLING, Flávia. Re: Pesquisa para dissertação [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gisselecassol@yahoo.com.br> em 3 jun. 2007.

³⁰ SCHILLING, Flávia. *Querida família*. Porto Alegre: Coojornal, 1979. Um ano depois, seria reeditado com o título “Querida liberdade”, pela editora Global.

³¹ SCHILLING, mensagem cit., 2007.

³² PADRÓS, op.cit., p. 567.

³³ SCHILLING, mensagem cit., 2007.

tortura, Flávia Schilling respondeu: “É um momento em que se descrê da condição humana como sendo humana”.³⁴

Somente a partir de 1978, com o início da “abertura” da Ditadura Civil-Militar brasileira, foi possível divulgar o caso na imprensa nacional, de modo a cobrar das autoridades competentes providências para sua libertação. Flávia seria solta somente em 1980. Mesmo não tendo ligação direta com a detenção de Flávia, o governo brasileiro pouco ou nada fez em favor de sua libertação, mostrando dessa forma, no mínimo, cumplicidade e conivência com a situação desumana vivida por ela ao longo de praticamente uma década.

Flávio Tavares, em seu livro *Memórias do Esquecimento*,³⁵ testemunha a sua própria detenção, resultado da atuação da Operação Condor. Banido do Brasil em 1969, Tavares passou a residir na Argentina, como correspondente local do jornal *Excelsior*, em 1974. Durante esta estada, seu único documento era a carteira de identidade argentina para estrangeiros, que lhe permitia viajar apenas ao Uruguai.

Em julho de 1977, os militares uruguaios prenderam um jornalista uruguaio correspondente do *Excelsior*. O jornal enviou Tavares ao Uruguai a fim de tratar da libertação de seu colega. Em menos de 48 horas, Flávio cumpriu sua missão. Nesse ínterim, também entrou em contato com jornais locais e com a Embaixada do México. Na primeira noite no Uruguai, houve um jantar na residência do adido cultural desta embaixada. Um dos convidados, um uruguaio de “nome” Oscar, descreveu para Tavares detalhes dos centros secretos de tortura do *Organismo Central de Operaciones Antisubversivas* (Ocoa), conhecido no meio militar como *logia de los siete hermanos*. A partir do comando do general Aguerondo, estruturava-se um complexo organograma, com nomes, dados, datas, mortes e desaparecimentos de uruguaios, que Flávio tratou de anotar.

Antes de embarcar no avião para a Argentina, Tavares foi chamado por um “funcionário”, alegando que seu cartão estava com problemas. Foi seqüestrado no aeroporto. No centro clandestino para onde o levaram, Flávio sofreu dois fuzilamentos simulados. Ao revistarem-no, encontraram o organograma feito na noite anterior. De posse disso, os militares acusaram-no de espionagem contra o Uruguai, e decidiram entregá-lo ao governo brasileiro. No início da semana seguinte, o seqüestro já havia se tornado público, e os militares brasileiros recusaram a oferta uruguaia. Assim, os militares uruguaios mantiveram-no preso por mais um tempo, torturando-o constantemente. Mediante apelos internacionais que

³⁴ SCHILLING, mensagem cit., 2007.

³⁵ Em seu livro de romance policial não-ficcional, Tavares narra, em excelente estilo literário, toda sua trajetória na cruzada contra a repressão ditatorial. Ver TAVARES, op. cit.

provinham das mais diversas instituições (jornais *O Estado de S. Paulo* e *Excelsior*, da OAB, entre outros), e até mesmo do presidente dos EUA e do Papa Paulo VI, Flávio Tavares acabou sendo expulso do Uruguai, em janeiro de 1978, e exilou-se em Lisboa.³⁶

Outros casos de colaboração entre as repressões brasileira e uruguaia não tiveram muita repercussão e parecem ser fruto da própria conjuntura política uruguaia, pois o fotógrafo Antônio Pires da Silva, que trabalhava em San Javier, Departamento de Río Negro, foi detido pelas *Fuerzas Conjuntas* sob a acusação de colaborar com um operativo de estocamento de armas, que supostamente auxiliariam o reingresso no Uruguai do líder do Partido Blanco, Ferreira Aldunate. Trancfiaram-no por um tempo no 9º Batalhão de Infantaria de Fray Bentos, onde sofreu constantes torturas. Em que pese a falta de provas, Antônio foi processado e condenado por “subversão” e, transferido para o *Libertad*, passaria novamente por sessões de tortura. A violência destas acabou por enviá-lo ao Hospital Militar. Pouco tempo depois da divulgação, na imprensa brasileira, sobre a arbitrária condenação do fotógrafo, este foi libertado na fronteira Rivera-Livramento, em setembro de 1984. No total, foram cinco meses de prisão e torturas.³⁷

Antônio Pires da Silva conheceu no cárcere uruguaio outro brasileiro, Rubem Malikovski, natural de Santa Cruz, Rio Grande do Sul. Malikovski estaria atrás das grades no Uruguai por participar de atividades “subversivas” junto aos *cañeros* e, não obstante, por suas ligações com Raúl Sendic, o inimigo número um do regime uruguaio. Sua pena: 30 anos de prisão.³⁸

REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar*. Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

CORREA, Alfonso. Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales. In: **Marcha**. Montevideo, 28 nov. 1969.

GUTIÉRREZ, Claudio. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

GUTIÉRREZ, Claudio: *Depoimento* [fev. 2007]. Entrevistadora: Gissele Cassol. Porto Alegre, 2007. 67,6 Mb.

³⁶ Ibid., p. 261.

³⁷ PADRÓS, op. cit., p. 752-754.

³⁸ Ibid., p.753-754.

HÁ outro brasileiro preso em Montevideú. Ver *Coojornal*, ano IV, n. 36, dezembro de 1978.

IGLESIAS, Simone. Fleury deu a ordem final, diz ex-agente. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200804.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

IGLESIAS, Simone. Goulart foi morto a pedido do Brasil, diz ex-agente uruguaio. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200802.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

IGLESIAS, Simone; BÄCHTOLD, Felipe. Documento prova vigilância, afirma filho de Goulart. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200809.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo**: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004.

MARIANO, Nilson. **As garras do Condor**. Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Ditadura, exílio e oposição**: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.

SCHILLING, Flávia. *Querida família*. Porto Alegre: Coojornal, 1979.

SCHILLING, Flávia. Re: Pesquisa para dissertação [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gisselecassol@yahoo.com.br> em 3 jun. 2007.

TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. 3 ed. São Paulo: Globo, 1999.